

**A INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS NA AUTOMEDICAÇÃO E NO CONSUMO
IRRACIONAL DE MEDICAMENTOS: DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO EM
SAÚDE**

***THE INFLUENCE OF SOCIAL MEDIA ON SELF-MEDICATION AND
IRRATIONAL DRUG CONSUMPTION: CHALLENGES FOR HEALTH
EDUCATION***

Arthur Cariello Marçal De Oliveira Ferreira

Graduando em Farmácia, Faculdade Alfa Unipac de Aimorés-MG, Brasil;

E-mail: arthurcariellocmof@gmail.com

Jefferson Aleixo Salustiano

Graduando em Farmácia, Faculdade Alfa Unipac de Aimorés-MG, Brasil;

E-mail: jerfferson_poc@hotmail.com

Aline Roepke Loss Correia

Especialista em Análises Clínicas e Toxicológicas pela Faculdade Oswaldo Cruz,
São Paulo;

Docente da Faculdade Alfa Unipac de Aimorés/MG, Brasil

E-mail: alineriepke@yahoo.com.br

Guilherme Moraes Pesente

Mestre em Ensino de Ciência e Tecnologia pela UTFPR, Campus Ponta Grossa;

Docente da Faculdade Alfa Unipac de Aimorés/MG, Brasil

E-mail: gmpesente@gmail.com

Resumo

A presente pesquisa analisa a influência das redes sociais na prática da automedicação e no consumo irracional de medicamentos, discutindo os desafios que esse fenômeno impõe à educação em saúde. Com base em uma revisão integrativa de literatura, foi possível identificar que plataformas digitais como YouTube, TikTok e Instagram têm se tornado espaços amplamente utilizados pela população para buscar informações sobre saúde e tratamentos, muitas vezes sem respaldo técnico. Essa realidade favorece a disseminação de conteúdos descontextualizados, induzindo o uso indevido de medicamentos e a adoção de condutas terapêuticas sem prescrição médica. O estudo também evidencia o papel dos influenciadores digitais na consolidação de práticas de autocuidado potencialmente danosas, especialmente entre jovens e pessoas com menor escolaridade. Em contraposição, a pesquisa destaca a importância da educação em saúde na era digital, com ênfase na alfabetização em saúde e no fortalecimento do pensamento crítico como estratégias para mitigar os efeitos da desinformação. Conclui-se que a promoção do uso racional de

medicamentos requer ações intersetoriais, políticas públicas robustas e o engajamento ativo da sociedade na mediação da informação em saúde nas redes sociais.

Palavras-chave: automedicação; redes sociais; uso irracional de medicamentos; educação em saúde; desinformação digital.

Abstract

This study analyzes the influence of social media on self-medication practices and irrational drug consumption, addressing the challenges this phenomenon poses to health education. Based on an integrative literature review, it was found that digital platforms such as YouTube, TikTok, and Instagram have become widely used sources for health-related information, often lacking scientific validation. This scenario facilitates the spread of misleading content, encouraging the improper use of medications and self-treatment without professional guidance. The study also highlights the role of digital influencers in promoting potentially harmful self-care behaviors, especially among young individuals and people with low health literacy. Conversely, the research emphasizes the importance of health education in the digital age, focusing on digital health literacy and critical thinking as key strategies to combat misinformation. It concludes that promoting the rational use of medications requires intersectoral actions, strong public policies, and active societal engagement in mediating health information on social media.

Keywords: self-medication; social media; irrational drug use; health education; digital misinformation.

1. Introdução

A emergência das redes sociais como principal fonte de informação da população contemporânea tem provocado profundas transformações nos modos de produção, disseminação e apropriação do conhecimento em saúde. Plataformas como YouTube, Instagram e TikTok tornaram-se não apenas espaços de entretenimento, mas também canais de aconselhamento e orientação sobre práticas de autocuidado, uso de medicamentos e tratamentos diversos. Essa realidade tem gerado preocupações na comunidade científica e nos gestores de saúde pública, pois a informação, muitas vezes veiculada sem embasamento técnico ou validação científica, influencia diretamente as condutas dos usuários no que se refere à saúde e ao consumo de fármacos (LIMA e COSTA, 2021). O impacto dessa dinâmica é particularmente sensível no campo da automedicação, onde a acessibilidade das redes sociais amplia o risco de decisões equivocadas e potencialmente perigosas.

A automedicação, entendida como o uso de medicamentos por iniciativa própria, sem prescrição médica ou farmacêutica, é uma prática disseminada na sociedade brasileira e frequentemente alimentada por conteúdos disponíveis na internet. Muitos usuários recorrem a vídeos de influenciadores, fóruns virtuais e postagens em redes sociais para obter orientações sobre quais medicamentos

utilizar diante de sintomas específicos, confiando em relatos pessoais e avaliações não especializadas. De acordo com Corrêa *et al.* (2023), essa prática tem sido impulsionada por uma combinação de fatores, incluindo a dificuldade de acesso a serviços de saúde, a banalização do uso de medicamentos isentos de prescrição e a valorização de experiências pessoais como fontes legítimas de conhecimento. Em muitos casos, o medicamento é visto como solução imediata para desconfortos diversos, desconsiderando riscos como efeitos colaterais, interações medicamentosas e agravamento de doenças subjacentes.

A relevância do presente estudo reside, portanto, na necessidade de compreender como a desinformação sobre medicamentos, amplamente difundida nas redes sociais, afeta o comportamento dos indivíduos, contribuindo para o consumo irracional de substâncias farmacológicas. Essa questão adquire contornos ainda mais graves diante da constatação de que muitos dos conteúdos acessados carecem de rigor técnico e são elaborados por pessoas sem formação na área da saúde (COSTA *et al.*, 2021). Além disso, há um crescente descompasso entre a velocidade de circulação da informação nas redes e a capacidade das instituições públicas de saúde de regular, fiscalizar e produzir contranarrativas consistentes. O Ministério da Saúde (2020) destaca que a automedicação é um dos fatores que mais contribuem para a elevação de internações por intoxicação medicamentosa, além de gerar custos elevados e comprometimento da segurança do paciente.

O problema da busca que surge deste cenário, quer saber de que jeito as redes sociais afetam a ação da automedicação e o uso sem cuidado de remédios, assim como quais são os desafios que essa influência traz para a educação sobre saúde. É uma dúvida que tem vários elementos – sociais, culturais, educacionais e tecnológicos – e que precisa análise crítica e com propostas. Gomes *et al.* (2023) dizem que combater o uso errado dos medicamentos precisa de ações juntas entre setores e também educativas, com foco no fortalecimento da autonomia crítica do público frente à muita informação, muitas vezes oposta, existente nos meios digitais.

A metodologia adotada para alcançar tais objetivos é de natureza qualitativa, com enfoque em revisão integrativa de literatura. A escolha por esse tipo de revisão se justifica por sua capacidade de reunir, analisar e sintetizar conhecimentos disponíveis sobre o fenômeno estudado, possibilitando a identificação de lacunas

teóricas, padrões emergentes e práticas recomendadas no campo da saúde pública e da educação em saúde. A pesquisa utilizará bases de dados científicas como SciELO, LILACS e Google Scholar, com recorte temporal dos últimos dez anos, priorizando estudos publicados em língua portuguesa e que abordem a temática da automedicação, redes sociais, desinformação em saúde e estratégias de educação. Espera-se que os resultados do estudo contribuam para o debate científico e para a formulação de políticas públicas mais eficazes na promoção do uso racional de medicamentos no Brasil.

2. Revisão da Literatura

2.1 Redes Sociais como Fonte de Informação em Saúde: Potencialidades e Riscos

A ascensão das redes sociais como fonte de informação tem modificado profundamente as dinâmicas de comunicação em saúde, criando um ambiente híbrido em que saberes científicos e experiências pessoais coexistem. Plataformas como Instagram, Facebook, YouTube e TikTok tornaram-se espaços frequentes de busca por orientações sobre sintomas, tratamentos e uso de medicamentos. Esse fenômeno reflete tanto uma maior autonomia dos indivíduos na gestão de sua saúde quanto a fragilidade de mecanismos de regulação da informação no ambiente digital (LIMA e COSTA, 2021).

Com a possibilidade de produção de conteúdo por qualquer usuário, as redes sociais democratizam a disseminação de informações, mas também ampliam o risco de circulação de conteúdos inverídicos ou descontextualizados. Essa ambivalência é central para compreender o papel das mídias sociais no campo da saúde, especialmente quando se observa a influência direta desses conteúdos no comportamento de automedicação dos usuários (CORRÊA *et al.*, 2023).

O alcance dos influenciadores digitais, muitas vezes desprovidos de formação técnica em saúde, tem se mostrado um vetor importante para a construção de discursos sobre medicamentos, tratamentos e práticas terapêuticas. Ao utilizarem uma linguagem acessível e experiências pessoais, esses comunicadores adquirem credibilidade entre os seguidores, o que pode induzir à adoção de condutas clínicas sem orientação profissional (COSTA *et al.*, 2021).

A confiança nas redes sociais como fonte de conhecimento médico está relacionada a um contexto sociotécnico em que a velocidade da informação sobrepõe-se à veracidade. Conforme destacam Santos e Menezes (2020), muitos usuários tomam decisões sobre uso de medicamentos com base em vídeos, publicações ou comentários virtuais, ignorando as especificidades clínicas de cada caso, o que intensifica os riscos do uso irracional.

Além disso, a ideia algorítmica das plataformas digitais prefere a viralização de conteúdos que confirmam crenças populares ou oferecem soluções rápidas, o que pode reforçar mitos e práticas ruins de cuidado com a saúde. Tal cenário traz dificuldades à ação de profissionais e instituições na intermediação dessas informações, pois a comunicação oficial muitas vezes se mostra distante ou inacessível à linguagem do dia a dia dos usuários (CUNHA e RIBEIRO, 2021).

A rapidez e a quantidade das postagens fazem ser difícil ver a diferença entre conteúdo correto e boato, principalmente entre jovens e adultos com pouca formação ou pouco letramento em saúde. Conforme Garcia et al. (2021), essa fraqueza informacional ajuda a adesão a hábitos de autocuidado sem garantia científica, piorando problemas e aumentando a presença de efeitos ruins.

Nesse contexto, é fundamental compreender que as redes sociais não são apenas ferramentas de comunicação, mas espaços de construção de sentidos sobre o corpo, a doença e a cura. A forma como os temas são apresentados, os valores culturais envolvidos e a repetição de mensagens exercem influência direta na percepção do que é considerado “correto” ou “eficaz” em termos de tratamento (OLIVEIRA *et al.*, 2022).

Ainda que a internet seja uma importante aliada na promoção da saúde, é necessário que a informação veiculada esteja alinhada com critérios científicos e éticos. O Ministério da Saúde (2020) ressalta a importância da comunicação em saúde baseada em evidências, indicando que o uso racional de medicamentos deve ser promovido também no ambiente digital, com apoio de campanhas educativas que combinem linguagem acessível com rigor técnico.

As fragilidades institucionais na regulação do conteúdo informativo sobre medicamentos nas redes sociais intensificam a necessidade de estratégias intersetoriais de enfrentamento ao problema. É imprescindível que órgãos de saúde pública, instituições educacionais e plataformas digitais estabeleçam mecanismos

para validar, denunciar e remover informações que coloquem em risco a saúde da população (GOMES *et al.*, 2023).

Por fim, embora as redes sociais representem uma via estratégica de disseminação de conhecimentos em saúde, é preciso reconhecer que sua atuação pode tanto contribuir para a autonomia do paciente quanto comprometer sua segurança, caso a informação recebida seja incorreta, parcial ou induza à automedicação. Esse equilíbrio exige um olhar crítico e políticas públicas voltadas à mediação da informação digital em saúde (FONSECA e ALVES, 2019).

2.2 Automedicação e Consumo Irracional de Medicamentos: Conceitos, Causas e Consequências

A automedicação é compreendida como o uso de medicamentos por iniciativa própria, sem prescrição médica, incluindo a reutilização de receitas antigas, o compartilhamento de medicamentos entre familiares e amigos, ou a indicação baseada em informações adquiridas em meios não especializados. Essa prática tem se intensificado no Brasil, impulsionada pela facilidade de acesso a fármacos e pela crença cultural de que certos sintomas podem ser tratados de forma autônoma, sem consulta profissional (FONSECA e ALVES, 2019).

O conceito de consumo irracional de medicamentos está intrinsecamente associado à automedicação, abrangendo não apenas o uso sem prescrição, mas também o uso inadequado em termos de dosagem, tempo de administração, indicações terapêuticas e interações medicamentosas. De acordo com o Ministério da Saúde (2020), o uso irracional é um dos maiores desafios enfrentados pelos sistemas de saúde, pois compromete a eficácia dos tratamentos e eleva os custos com internações e complicações evitáveis.

Entre as principais causas da automedicação no Brasil estão o difícil acesso à atenção básica, a demora no atendimento médico e a crença na eficácia de medicamentos amplamente divulgados na mídia e redes sociais. Estudos apontam que a população recorre frequentemente ao “conhecimento popular” sobre fármacos, o que acarreta sérios riscos à saúde individual e coletiva, especialmente no que se refere à automedicação com antibióticos e psicotrópicos (GOMES *et al.*, 2023).

Outro fator relevante para o consumo irracional é a autoprescrição com base em experiências anteriores. Indivíduos que obtiveram alívio sintomático em episódios passados tendem a repetir o uso de determinado medicamento sem considerar possíveis alterações no quadro clínico atual. Essa prática ignora variáveis como agravamento da condição, interações com outros fármacos ou desenvolvimento de resistência medicamentosa (GARCIA *et al.*, 2021).

A influência da internet, nesse cenário, exerce papel ambíguo. Se por um lado há maior acesso à informação, por outro, a ausência de filtro crítico pode levar ao uso indevido de substâncias. A pesquisa de Santos e Menezes (2020) revelou que muitos usuários associam o grande número de visualizações e curtidas de publicações sobre medicamentos à sua veracidade e segurança, reforçando a adoção de condutas sem embasamento técnico.

O uso irracional de medicamentos pode desencadear diversos efeitos adversos, como intoxicações, reações alérgicas, dependência química, falhas terapêuticas e agravos à saúde mental. Tais complicações, em muitos casos, não são identificadas precocemente devido à ausência de acompanhamento médico, resultando em agravamento do quadro clínico e aumento da mortalidade evitável (OLIVEIRA *et al.*, 2022).

Outro ponto preocupante é a crescente resistência bacteriana associada ao uso indiscriminado de antibióticos, que compromete o tratamento de infecções comuns e aumenta a complexidade dos protocolos clínicos. Segundo Corrêa *et al.* (2023), essa é uma das consequências mais alarmantes da automedicação, exigindo uma resposta urgente das autoridades sanitárias por meio de campanhas educativas e controle mais rigoroso da venda desses medicamentos.

A prática da automedicação também se mostra fortemente associada a fatores socioeconômicos e educacionais. Indivíduos com baixa escolaridade e menor renda têm maior propensão a recorrer à automedicação como forma de economizar tempo e recursos financeiros. Essa realidade evidencia desigualdades no acesso à saúde e aponta para a necessidade de políticas públicas inclusivas e equitativas (COSTA *et al.*, 2021).

É importante destacar que o consumo irracional de medicamentos não se limita ao uso excessivo ou indevido, mas também inclui a subutilização, como ocorre com pacientes que interrompem tratamentos antes do tempo prescrito por

acreditarem que estão curados. Essa conduta favorece recaídas, piora dos sintomas e desenvolvimento de resistência a tratamentos futuros (LIMA e COSTA, 2021).

Portanto, compreender a complexidade do fenômeno da automedicação e do uso irracional de medicamentos exige uma abordagem multidisciplinar que envolva não apenas os profissionais da saúde, mas também comunicadores, educadores e gestores públicos. O enfrentamento desse problema passa pela criação de estratégias integradas que aliem educação, regulação e ampliação do acesso à saúde de forma qualificada (CUNHA e RIBEIRO, 2021).

2.3 Educação em Saúde na Era Digital: Estratégias para o Uso Racional de Medicamentos

A educação em saúde, entendida como processo formativo voltado à promoção de conhecimentos, habilidades e atitudes que favorecem a autonomia dos sujeitos, torna-se ainda mais relevante em tempos de hiperconectividade. Na era digital, a informação circula de forma acelerada, e os indivíduos estão constantemente expostos a conteúdos de saúde, tornando urgente o desenvolvimento do pensamento crítico para filtrar, compreender e aplicar adequadamente esses saberes (CUNHA e RIBEIRO, 2021).

Nesse contexto, a educação em saúde precisa ultrapassar a lógica tradicional de campanhas pontuais e prescritivas, adotando metodologias dialógicas, interativas e baseadas na realidade sociocultural dos indivíduos. A atuação do educador em saúde deve considerar os meios digitais como espaços legítimos de construção de conhecimento, desenvolvendo estratégias de comunicação que se adequem às linguagens e práticas contemporâneas (BRASIL, 2020).

Uma das estratégias mais eficazes no combate à desinformação sobre medicamentos nas redes sociais é a alfabetização em saúde digital. Essa abordagem visa capacitar os indivíduos para compreenderem as informações de saúde que consomem online, distinguindo conteúdos confiáveis daqueles potencialmente danosos. Garcia *et al.* (2021) defendem que essa competência deve ser integrada aos currículos escolares e às práticas comunitárias de promoção da saúde.

A escola, como espaço privilegiado de formação cidadã, tem papel essencial na construção do senso crítico frente às informações digitais sobre saúde. A transversalidade dos temas relacionados à saúde e ao uso de medicamentos pode ser trabalhada de forma interdisciplinar, integrando disciplinas como ciências, educação física e tecnologias da informação, contribuindo para a formação de sujeitos conscientes e protagonistas do seu cuidado (LIMA e COSTA, 2021).

Além do ambiente escolar, os serviços de saúde devem incorporar práticas educativas contínuas, aproveitando o contato com os usuários para promover ações de esclarecimento sobre o uso correto de medicamentos, os riscos da automedicação e a importância do acompanhamento profissional. Tais ações devem estar alinhadas com a realidade local e cultural dos territórios, respeitando saberes populares e dialogando com os usuários (OLIVEIRA *et al.*, 2022).

Outro ponto fundamental é o uso estratégico das próprias redes sociais como canais de educação em saúde. Profissionais e instituições podem ocupar esses espaços com conteúdos de qualidade, linguagem acessível e fundamentação científica, revertendo, assim, a lógica da desinformação. Corrêa *et al.* (2023) apontam que a presença ativa de agentes de saúde nas mídias sociais pode contribuir significativamente para o fortalecimento do conhecimento e da segurança dos pacientes.

A capacitação dos profissionais de saúde para o enfrentamento da desinformação digital também é imprescindível. Muitos ainda não estão preparados para atuar nos espaços virtuais, seja por desconhecimento técnico ou por falta de apoio institucional. Iniciativas formativas voltadas à comunicação digital, ética na informação e linguagem acessível devem ser promovidas como parte da educação permanente em saúde (COSTA *et al.*, 2021).

As políticas públicas devem prever investimentos em campanhas educativas que combinem diferentes meios de comunicação, como rádio, televisão, redes sociais e material impresso, a fim de alcançar públicos diversos. Essas campanhas devem utilizar estratégias de marketing social, com ênfase em narrativas reais, depoimentos de usuários e linguagem emocionalmente engajante para promover o uso racional de medicamentos (GOMES *et al.*, 2023).

A integração entre educação em saúde e tecnologias da informação permite o desenvolvimento de aplicativos, jogos educativos e plataformas interativas

voltadas à prevenção da automedicação. Essas ferramentas, quando bem projetadas, podem transformar o processo de aprendizagem em algo envolvente e eficaz, especialmente entre os jovens, que já estão inseridos no universo digital (SANTOS e MENEZES, 2020).

Por fim, a promoção do uso racional de medicamentos deve ser entendida como um compromisso coletivo, que exige a participação ativa da sociedade, dos profissionais de saúde, das instituições públicas e privadas e das plataformas digitais. A educação em saúde, como estratégia estruturante, deve estar no centro desse processo, orientando escolhas, desmistificando crenças e fortalecendo a autonomia crítica dos indivíduos frente ao consumo de medicamentos (FONSECA e ALVES, 2019).

3. Metodologia

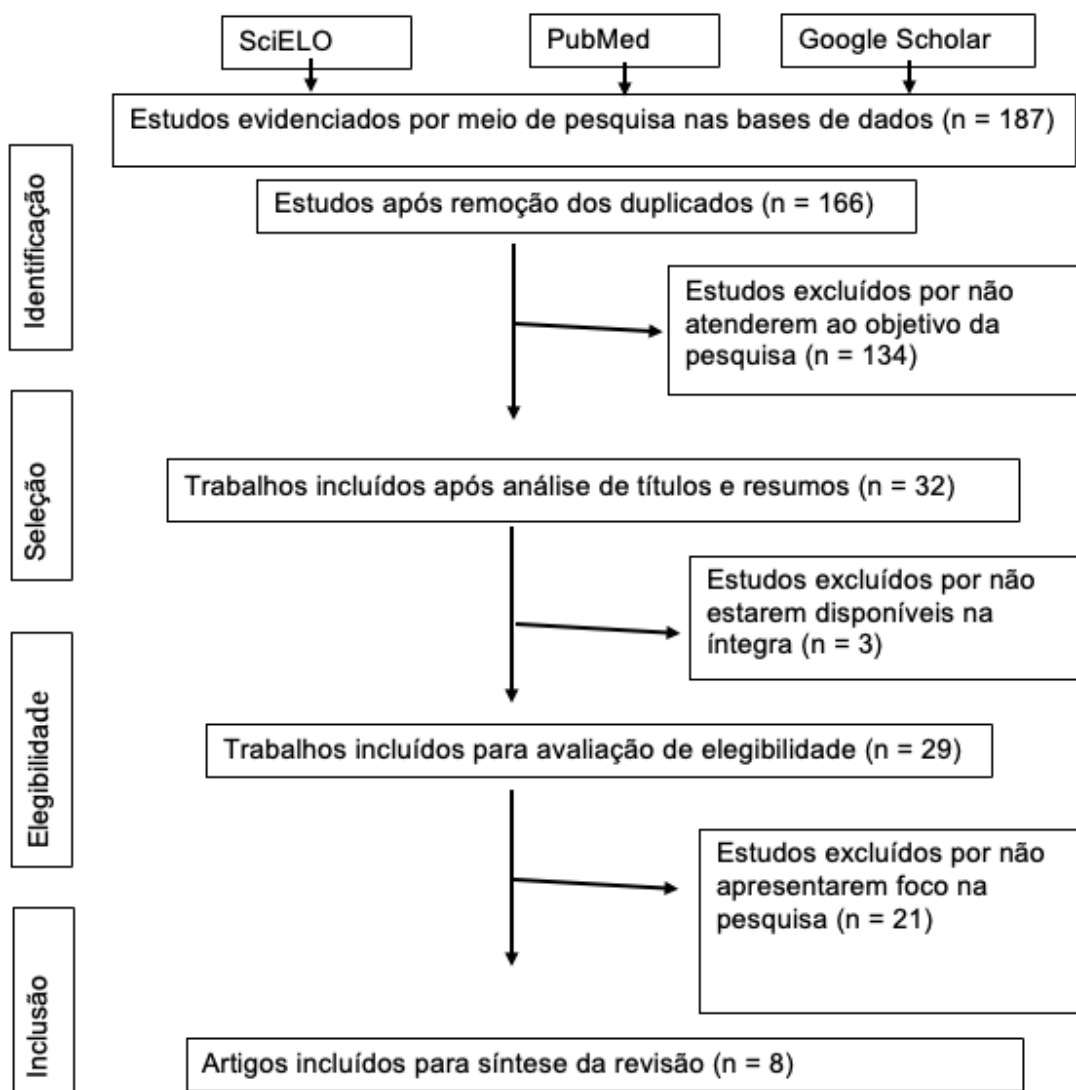
A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão integrativa de literatura, metodologia que permite reunir, analisar e sintetizar resultados de estudos previamente publicados, proporcionando uma compreensão ampla e crítica do fenômeno investigado. Para a construção do corpus, foram consultadas as bases SciELO, LILACS e Google Scholar, considerando publicações dos últimos dez anos. A estratégia de busca utilizou descritores DeCS/MeSH combinados com operadores booleanos, incluindo automedicação, uso irracional de medicamentos, redes sociais, desinformação em saúde e educação em saúde.

Os critérios de inclusão contemplaram artigos disponíveis na íntegra, publicados em português, alinhados ao tema da influência das redes sociais na automedicação. Foram excluídos trabalhos duplicados, editoriais, cartas, resenhas e produções que não abordavam diretamente a problemática analisada. A seleção ocorreu em quatro etapas: identificação dos estudos, triagem por título e resumo, leitura completa e inclusão final para síntese qualitativa. Após esse processo, 32 estudos foram elegíveis, dos quais 8 compuseram a análise temática.

A extração dos dados considerou informações sobre objetivos, metodologia empregada, plataformas digitais investigadas, principais achados e implicações para a educação em saúde. A análise procedeu por categorização temática, permitindo identificar padrões, divergências e lacunas presentes na literatura. Todo

o processo de seleção será representado em um fluxograma PRISMA adaptado, garantindo transparência e reprodutibilidade da revisão.

Imagem 1 - Fluxograma PRISMA.



Fonte: Autor (2025)

4. Resultados e Discussão

Os resultados obtidos a partir da revisão integrativa revelam que a influência das redes sociais sobre a automedicação é um fenômeno crescente, multicausal e distribuído entre diferentes faixas etárias, conforme demonstram pesquisas recentes realizadas no Brasil e em outros países. Estudos nacionais, como os de Gomes et al. (2023) e Lima e Costa (2021), apontam que plataformas como Instagram, TikTok e YouTube tornaram-se fontes preferenciais de informação sobre

saúde, estimulando comportamentos que frequentemente carecem de validação técnica. Essa dinâmica tem ampliado a exposição dos usuários a conteúdos terapêuticos simplificados ou incorretos, aumentando o risco de decisões inadequadas relacionadas ao consumo de medicamentos.

A análise dos estudos selecionados evidencia que a automedicação, quando influenciada por conteúdos digitais, está associada principalmente ao consumo de analgésicos, anti-inflamatórios, antibióticos e fármacos utilizados no manejo de ansiedade e resfriados. Oliveira et al. (2022) identificaram que o perfil de automedicação no Brasil mantém estreita relação com recomendações informais circulantes em redes sociais, muitas vezes reforçadas por experiências pessoais relatadas por usuários e influenciadores. Essa legitimação discursiva cria um ambiente favorável à repetição de condutas inseguras, especialmente entre indivíduos com limitado letramento em saúde.

Outro resultado relevante diz respeito ao papel dos influenciadores digitais e à construção de credibilidade baseada na popularidade, e não em evidências científicas. Pesquisas como as de Santos et al. (2021) e De Jesus et al. (2023) demonstram que seguidores tendem a interpretar a autoridade percebida desses comunicadores como indicador de confiabilidade, especialmente durante períodos de instabilidade sanitária, como a pandemia de COVID-19. Esse cenário contribuiu para a disseminação de tratamentos inadequados, reforçando o uso de medicamentos sem prescrição e ampliando riscos de intoxicação, interações medicamentosas e atrasos no diagnóstico.

Os estudos internacionais avaliados, como Rahimisadegh et al. (2022), Kokabisaghi (2024) e Cotobal-Calvo et al. (2025), confirmam que esse fenômeno não se limita ao contexto brasileiro. Em ambientes universitários e entre profissionais de saúde, observa-se que a facilidade de acesso à informação digital e a crença em resultados rápidos favorecem práticas de autocuidado que desconsideram riscos farmacológicos relevantes. Esses achados corroboram o argumento de que a automedicação é influenciada não apenas por fatores socioeconômicos, mas também por padrões culturais e tecnológicos ligados à hiperconectividade.

Por fim, os resultados indicam que a educação em saúde desempenha papel central como estratégia de enfrentamento, especialmente quando articulada ao

desenvolvimento de letramento digital crítico. Estudos como os de Lima e Costa (2021) e Gomes et al. (2023) reforçam que intervenções educativas, campanhas em linguagem acessível, participação ativa de profissionais em ambientes digitais e regulamentação mais rigorosa das plataformas podem reduzir significativamente a desinformação e promover o uso racional de medicamentos. Dessa forma, os achados apontam para a necessidade de políticas públicas intersetoriais que aliem tecnologia, comunicação e educação para mitigar os impactos da automedicação na sociedade contemporânea.

Quadro 1 – Síntese dos estudos incluídos na revisão

Autor/Ano	Tipo de Estudo	Plataformas/Contexto	Principais Achados	Relevância para o Tema
Gomes et al. (2023)	Revisão sistemática	Redes sociais em geral	Identificou crescimento do consumo irracional associado à desinformação digital	Base forte para analisar riscos contemporâneos
Lima e Costa (2021)	Estudo analítico	Instagram, YouTube	Mostrou desafios da saúde pública para combater conteúdo falso	Fundamenta discussão sobre políticas públicas
Oliveira et al. (2022)	Revisão de literatura	População brasileira	Observou padrão recorrente de automedicação influenciada por fontes digitais	Fortalece análise de risco em fármacos comuns
Santos e Menezes (2020)	Estudo descritivo	Redes sociais na pandemia	Usuários associam visualizações à credibilidade	Apoia crítica à lógica algorítmica
Santos et al. (2021)	Estudo transversal	Pandemia de COVID-19	Redes sociais incentivaram uso incorreto de medicamentos	Evidência prática do problema
Rahimisadegh et al. (2022)	Estudo internacional	Universitários	Alta prevalência de automedicação mediada por internet	Comparação internacional relevante
Kokabisaghi (2024)	Estudo epidemiológico	Estudantes de medicina	Identificou causas e prevalência elevadas	Indica que problema atinge até grupos especializados
De Jesus et al. (2023)	Estudo observacional	Influenciadores digitais	Demonstrou que influenciadores disseminam práticas inseguras	Prova direta da relação redes sociais → automedicação

Fonte: Autor (2025)

Os resultados desta revisão demonstram que a influência das redes sociais na automedicação é um fenômeno consolidado, crescente e multifatorial, atravessando diferentes faixas etárias e contextos socioeconômicos. Estudos recentes, como os de Gomes et al. (2023) e Lima e Costa (2021), revelam que plataformas digitais se tornaram fontes recorrentes de consulta sobre medicamentos, sintomas e tratamentos, sobretudo pela rapidez da informação e pela facilidade de acesso. Essa mudança no comportamento informacional da população redefine a relação entre usuários e serviços de saúde, deslocando parte da consulta tradicional para o ambiente digital, onde a curadoria de conteúdo é frágil ou inexistente.

Observa-se que, em grande parte dos estudos analisados, a automedicação é impulsionada pela combinação entre acessibilidade dos fármacos e a circulação de conteúdos simplificados que prometem soluções imediatas para problemas cotidianos. Oliveira et al. (2022) identificam que analgésicos, anti-inflamatórios e antibióticos constituem o grupo mais frequentemente utilizado sem prescrição, reforçando padrões culturais que naturalizam o uso de medicamentos como primeira opção terapêutica. Esses achados dialogam com Santos e Menezes (2020), que demonstraram que a credibilidade percebida nos conteúdos digitais é frequentemente associada ao volume de visualizações e seguidores, e não à veracidade científica.

Outro aspecto relevante é o papel dos influenciadores digitais como mediadores informais de conhecimento em saúde. De Jesus et al. (2023) verificaram que influenciadores, mesmo sem formação técnica, exercem impacto direto nas práticas de autocuidado de seus seguidores, especialmente durante a pandemia de COVID-19. A adesão acrítica a recomendações de figuras populares contribuiu para a expansão de condutas terapêuticas inadequadas, como o uso indiscriminado de medicamentos isentos de prescrição, vitaminas e “tratamentos alternativos” sem respaldo clínico. Essa relação revela uma crescente transferência de autoridade, antes centrada em profissionais da saúde, para agentes midiáticos.

Os estudos internacionais reforçam que a influência digital na automedicação não é restrita ao Brasil. Rahimisadegh et al. (2022) mostraram que estudantes universitários utilizam redes sociais como fonte frequente de orientação terapêutica, replicando práticas inseguras mesmo entre indivíduos que possuem

maior acesso à informação formal. Kokabisaghi (2024), ao analisar estudantes de medicina, observou prevalência elevada de automedicação, evidenciando que conhecer os riscos não impede a adoção de comportamentos inadequados quando o acesso às informações digitais é mais rápido do que o acesso aos serviços de saúde.

Além disso, há evidências de que o ambiente digital potencializa crenças equivocadas sobre medicamentos, reforçando promessas de alívio rápido e narrativas baseadas em experiências pessoais, que funcionam como gatilhos de identificação. Lima e Costa (2021) destacam que a lógica algorítmica das plataformas prioriza conteúdos sensacionalistas e de forte apelo emocional, aumentando a visibilidade de práticas inseguras e reduzindo o alcance de conteúdos científicos produzidos por instituições oficiais. Essa assimetria informacional cria um cenário que favorece a reprodução de uso inadequado de medicamentos.

Em contextos de crise sanitária, como demonstrado por Santos et al. (2021) e Ruíz et al. (2021), o risco é ainda maior. Durante a pandemia, a busca por tratamentos rápidos levou a explosões de automedicação estimuladas por vídeos virais e orientações não validadas cientificamente. A propagação de ideias equivocadas sobre “tratamentos preventivos” demonstrou que o medo, combinado à circulação de notícias falsas, amplifica comportamentos de risco e compromete a adesão a protocolos de saúde pública.

Outro ponto-chave observado nos estudos é a fragilidade do letramento digital em saúde. Mesmo entre indivíduos com escolaridade média ou superior, há dificuldade em diferenciar informações confiáveis de conteúdos manipulados. Gomes et al. (2023) e Oliveira et al. (2022) ressaltam que a ausência de senso crítico aliada à velocidade da informação digital cria um ambiente propício para interpretações equivocadas, atrasando a busca por atendimento profissional e contribuindo para agravamentos clínicos, intoxicações e interações medicamentosas não monitoradas.

Os estudos convergem ao apontar que a educação em saúde deve ser compreendida como eixo estratégico no enfrentamento da automedicação influenciada pelas redes sociais. Lima e Costa (2021) reforçam que ações educativas precisam integrar tecnologias digitais, linguagem acessível e

campanhas contínuas que dialoguem com a realidade dos usuários. A participação ativa de profissionais e instituições de saúde no ambiente digital, aliada à regulação de conteúdos e à promoção de letramento crítico, emerge como o caminho mais eficaz para mitigar os impactos da desinformação e promover o uso racional de medicamentos na sociedade contemporânea.

5. Considerações Finais

A partir dos resultados apresentados, torna-se evidente que o enfrentamento da automedicação e do consumo irracional de medicamentos nas redes sociais exige ações coordenadas entre diferentes setores da sociedade. Para os profissionais de saúde, recomenda-se intensificar práticas educativas durante consultas, atendimentos em unidades básicas e campanhas comunitárias, utilizando linguagem acessível e estratégias que favoreçam o letramento digital em saúde. É fundamental reforçar a orientação individualizada, esclarecer riscos associados ao uso inadequado de medicamentos e incentivar a busca por informações em fontes confiáveis e institucionalmente reconhecidas.

Para comunicadores, influenciadores digitais e criadores de conteúdo, torna-se indispensável adotar postura ética e responsável ao abordar temas relacionados à saúde. Recomenda-se evitar recomendações terapêuticas sem respaldo técnico, verificar a procedência das informações antes da divulgação e colaborar com profissionais qualificados na construção de conteúdos. A valorização de práticas comunicacionais baseadas em evidências pode contribuir significativamente para a redução da propagação de desinformação.

Para formuladores de políticas públicas, as evidências demonstram a necessidade de fortalecer mecanismos de regulação e monitoramento do conteúdo digital relacionado à saúde. Propõe-se a criação de programas intersetoriais de educação digital e sanitária, além do desenvolvimento de diretrizes para plataformas digitais, com foco na identificação, sinalização e limitação de alcance de conteúdos que induzam à automedicação. Investimentos contínuos em campanhas de comunicação pública, capacitação profissional e parcerias com redes sociais são essenciais para ampliar a efetividade das ações preventivas.

Por fim, destaca-se que a promoção do uso racional de medicamentos só será efetiva se acompanhada de políticas consistentes, da atuação ativa de

profissionais e da participação responsável da sociedade. A articulação entre saúde, educação, tecnologia e comunicação social representa o caminho mais promissor para mitigar os impactos da desinformação e fortalecer a autonomia crítica dos cidadãos frente às narrativas digitais sobre medicamentos.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Uso racional de medicamentos: temas para educação em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/uso_racional_medicamentos_temas.pdf. Acesso em: 22 abr. 2025.

CORRÊA, Andressa Regina et al. **Automedicação e redes sociais: uma análise crítica dos discursos sobre saúde em plataformas digitais**. Revista de Comunicação e Saúde, v. 10, n. 1, p. 56-71, 2023. Disponível em: <https://revistacomunicacaoesaude.org/index.php/comsaude/article/view/196>. Acesso em: 22 abr. 2025.

CORREIA, A. B. M. **Self-medication influenced by social media: pharmacist's role in the prevention tool**. Health Science Journal, v. 2, n. 1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.51249/hs.v2i01.665>. Acesso em: 21 nov. 2025.

COSTA, Ana Beatriz de Souza et al. **Impactos da automedicação induzida por influenciadores digitais**. Revista Saúde e Pesquisa, v. 14, n. 2, p. 365-375, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/view/9635>. Acesso em: 22 abr. 2025.

COTOBAL-CALVO, E. M.; MATA-PÉREZ, C. et al. **Self-medication practice and associated factors among health professionals in Spain**. Nursing Reports, v. 15, n. 2, p. 53, 2025. DOI: <https://doi.org/10.3390/nursrep15020053>. Acesso em: 21 nov. 2025.

CUNHA, Letícia Ramos da; RIBEIRO, Thiago Henrique Silva. **Educação em saúde no contexto da desinformação digital: desafios e estratégias**. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 45, n. 4, p. 12-25, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/8K9b7C7XxZhJqFxFxNcR7txJt/>. Acesso em: 22 abr. 2025.

DE JESUS, Natalia Daniela Santos; RIBEIRO, Ananda Almeida Santana et al. **Digital influencers and the spread of irrational drug use**. Dataset Reports, v. 2, n. 1, 2023. DOI: <https://doi.org/10.58951/dataset.2023.51>. Acesso em: 21 nov. 2025.

FONSECA, Carla Beatriz de Almeida; ALVES, Débora Menezes. **Automedicação no Brasil: aspectos epidemiológicos e socioeconômicos**. Revista de Saúde Pública, v. 53, n. 95, p. 1-9, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/rsp/2019.v53/95/>. Acesso em: 22 abr. 2025.

GARCIA, Naira Cristina et al. **O papel da internet na automedicação: uma revisão narrativa**. Revista Brasileira de Medicina da Família e Comunidade, v. 16, n. 43, p. 2920, 2021. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/2920>. Acesso em: 22 abr. 2025.

GOMES, Maria Eduarda Tavares et al. **O consumo irracional de medicamentos na era digital: uma revisão sistemática**. Revista Enfermagem Atual In Derme, v. 96, n. 33, p. 1-9, 2023. Disponível em: <https://revistaenfermagematual.com/index.php/revista/article/view/1570>. Acesso em: 22 abr. 2025.

KOKABISAGHI, F. **The prevalence and causes of self-medication among medical university students and its implications for public health in Iran in 2020**. Health Science Reports, 2024, Article e1983. DOI: <https://doi.org/10.1002/hsr2.1983>. Acesso em: 21 nov. 2025.

LIMA, Ana Cláudia da Silva; COSTA, André Luiz de Souza. **Redes sociais digitais e saúde: desafios para a promoção do uso racional de medicamentos**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 26, n. 6, p. 2345-2354, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Wf8cfvMJ3ZHdZCtG4Nf5p7R/>. Acesso em: 22 abr. 2025.

OLIVEIRA, Ewerton de Sousa et al. **Perfil de automedicação na população brasileira: uma revisão de literatura**. Revista Saúde em Foco, v. 9, n. 1, p. 34-42, 2022. Disponível em: <https://www.revistasaudeemfoco.com/index.php/saudeemfoco/article/view/573>. Acesso em: 22 abr. 2025.

RAHIMISADEGH, R. et al. **Self-medication practices and their characteristics among university students**. BMC Pharmacology & Toxicology, v. 23, n. 102, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1186/s40360-022-00602-5>. Acesso em: 21 nov. 2025.

RUÍZ, J. M. G.; SOUZA, É. F.; PAIVA, M. J. M. **The media influence on self-medication of the new coronavirus: a literature review**. Research, Society and Development, v. 10, n. 13, e21015, 2021. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i13.21015>. Acesso em: 21 nov. 2025.

SANTOS, Karina Kelly Assis; SANTOS, Tayanne Andrade dos; LUZ, Dalilla Arruda. **A influência das redes sociais no uso irracional de medicamentos para combate ao COVID-19 por estudantes do curso de farmácia e profissionais de uma instituição de ensino superior privada**. Research, Society and Development, v. 10, n. 7, e0510716069, 2021. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i7.16069>. Acesso em: 21 nov. 2025.

SANTOS, Marina Silva; MENEZES, João Paulo. **A influência da internet na tomada de decisão sobre uso de medicamentos**. Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia, v. 8, n. 26, p. 102-117, 2020. Disponível em: <https://interfaces.leaosampaio.edu.br/index.php/revista-interfaces/article/view/271>. Acesso em: 22 abr. 2025.

SILVA NETO, I. F. et al. **Influence of social media on self-medication in the COVID-19 era**. Revista de Saúde Coletiva da UEFS, v. 12, n. 1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.13102/rscdauefs.v12i1.6200>. Acesso em: 21 nov. 2025.